

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE AGOSTO DE 2012

Serviço responsável pela execução da deliberação | Serviço de Mobilidade e Trânsito

13.4. Projeto de Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Deliberação | Considerando que as Alterações ao Projeto de Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada foram aprovadas por maioria por deliberação da Câmara Municipal de Leiria de 17 de abril de 2012, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril;

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), foi o projeto submetido à apreciação pública, por um período de 30 (trinta) dias contados da sua publicação no Diário da República n.º 92, 2.ª série, de 11 de maio de 2012, tendo-se procedido igualmente à sua publicitação através do edital n.º 47/2012, de 18 de abril, que foi afixado nos lugares de estilo, no sítio oficial do Município na Internet em www.cm-leiria.pt e nos jornais do concelho, Jornal de Leiria de 10 de maio de 2012 e Diário de Leiria de 11 de maio de 2012;

Considerando que, em cumprimento do estabelecido no artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, foi o projeto submetido a audiência dos interessados, tendo sido consultadas as seguintes entidades: a Direção-Geral do Consumidor, a DECO-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, a ACILIS-Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós, a NERLE-Associação Empresarial da Região de Leiria e as entidades que compõem o Conselho Municipal de Trânsito;

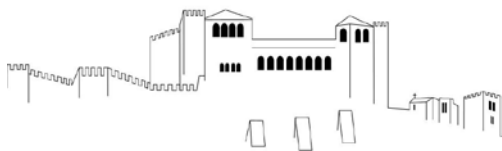
Considerando os vários pareceres/contributos recebidos (analisados em Informação Interna n.º 7272/2012) e que as condições de utilização e taxas devidas pelo estacionamento são aprovadas por regulamento municipal, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril, o projeto terá de ser submetido a reunião de câmara e posterior aprovação em sessão de Assembleia Municipal, propondo-se para o efeito e resultante das diminuições de zonas, as seguintes alterações:

“Artigo 12.º

Cartão de residente

1. (...).
2. (...).
3. Apenas será emitido um cartão de residente por fogo.
4. (anterior 5)
5. (anterior 6)

Artigo 13.º



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Características do cartão de residente

1. (...)

a) (...)

b) Matrícula do veículo, até ao limite de duas;

c) (...)

d) (...)

2. (anterior 4)

ANEXO I

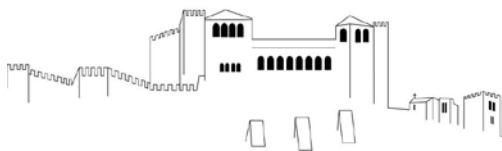
Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Zona	Arruamentos
A	(...)
B	(...)
C	(...)
D	(...)
E	(...)
F	(...)
Estacionamento dos Paços do Concelho	(...)
ZRSB	Rua General Norton de Matos

ANEXO II

Períodos e limites máximos de estacionamento

Zona	Período de estacionamento tarifado	Período máximo
A	(...)	(...)
B	(...)	(...)
C	(...)	(...)
D	(...)	(...)
E	(...)	(...)
F	(...)	(...)
Estacionamento dos Paços do Concelho	(...)	(...)



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

ZRSB	(...)	(...)
------	-------	-------

ANEXO III

Arruamentos para os quais é prevista a emissão do cartão de residente e respetivas zonas de estacionamento de duração limitada em que são válidos

Arruamento	Zona de validade
(...)	A
(...)	B
(...)	C
(...)	D
(...)	E
(...)	F
Rua General Norton de Matos	ZRSB

Considerando que as alterações efetuadas não contendem com o conteúdo do projeto já submetido a audiência dos interessados e discussão pública.

É presente o Projeto de Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, que se transcreve na íntegra, dele constando o competente preâmbulo, em substituição da inicial nota justificativa, em cumprimento do disposto nos n.ºs 2 dos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo e do qual fazem parte integrante três anexos.

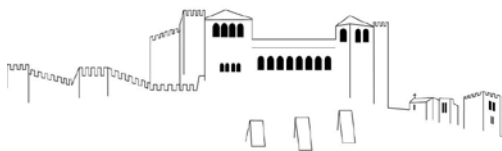
O projeto que se segue foi alterado em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em cumprimento do previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 17, de 25 de janeiro de 2011.

«PROJETO DE REGULAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DO MUNICÍPIO DE
LEIRIA

Preâmbulo

Considerando que o progressivo aumento do parque automóvel e, consequentemente, da procura de estacionamento para satisfação das necessidades, quer das diversas atividades económicas quer da população residente, têm vindo a agravar a situação de estacionamento de viaturas dentro das zonas urbanas mais densas, dada a impossibilidade real de oferta de lugares condizente com a procura;

Considerando a necessidade de modificar a regulamentação municipal sobre a matéria, tendo como objetivo de melhorar o instrumento que contribuiu para uma maior capacidade do Município ao nível da gestão dos estacionamentos, em particular, e da mobilidade viária interna, em geral;



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Considerando que este Regulamento se integra num conjunto mais vasto de medidas regulamentares que o Município de Leiria tem vindo e continuará a implementar, no sentido de proporcionar aos cidadãos melhores condições de mobilidade, estacionamento e, consequentemente, de qualidade de vida urbana;

Considerando que, nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril, as condições de utilização e taxas devidas pelo estacionamento são aprovadas por regulamento municipal;

Considerando que, em cumprimento do estabelecido no artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, foi o projeto submetido a audiência dos interessados, tendo sido consultadas as seguintes entidades: a Direção-Geral do Consumidor, a DECO-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, a ACILIS-Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós, a NEREA-Associação Empresarial da Região de Leiria e as entidades que compõem o Conselho Municipal de Trânsito;

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), foi o projeto submetido à apreciação pública, por um período de 30 (trinta) dias contados da sua publicação no Diário da República n.º 92, 2.ª série, de 11 de maio de 2012, tendo-se procedido igualmente à sua publicitação através do edital n.º 47/2012, de 18 de abril, que foi afixado nos lugares de estilo, no sítio oficial do Município na Internet em www.cm-leiria.pt e nos jornais do concelho, Jornal de Leiria de 10 de maio de 2012 e Diário de Leiria de 11 de maio de 2012.

É elaborado, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5A/2002, de 11 de janeiro, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o presente Projeto de Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Leiria, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal, ao abrigo da sua competência em matéria regulamentar, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da mesma Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, em sua sessão de ____/____/2012.

Capítulo I

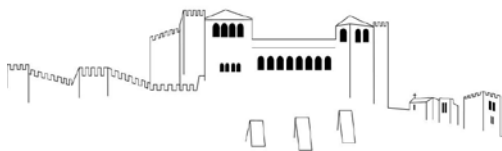
Disposições Gerais

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente regulamento tem como leis habilitantes o n.º 8 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, a alínea u) do n.º 1 e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5A/2002, de 11 de janeiro, o n.º 2 do artigo 70.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 2/98, de 3 de janeiro, 265-A/2001, de 28 de setembro, pela Lei n.º 20/2002, de 21 de agosto e Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro e n.º 2, do artigo 2.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril.

Artigo 2.º



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento define as normas aplicáveis ao estacionamento de duração limitada nas vias e espaços públicos viários constantes do Anexo I que dele faz parte integrante.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- Zonas de estacionamento de duração limitada – Vias e espaços públicos viários devidamente sinalizados nos termos da lei aplicável, onde apenas é permitido o estacionamento, gratuito ou tarifado, em determinados períodos de permanência e em que existam limites máximos de tempo de permanência dos veículos.

- Lugar de estacionamento de duração limitada – Espaço à superfície demarcado através de sinalização vertical e/ou horizontal, com identificação do respetivo regime de utilização e cuja duração é limitada e registada por um dispositivo mecânico ou eletrónico, prévia e obrigatoriamente acionado pelo utente.

- Zonas especiais de estacionamento – Vias e espaços públicos viários com características de exploração diferenciadas inseridas em zonas de estacionamento de duração limitada.

- Residentes – Pessoas singulares proprietárias, adquirentes com reserva de propriedade ou aluguer de longa duração ou, ainda, condutores de um veículo automóvel associado ao exercício de atividade profissional com vínculo laboral, cujo domicílio principal e permanente onde mantêm estabilizado o seu centro de vida familiar se situe numa zona de estacionamento de duração limitada.

- Instituições residentes - Pessoa coletiva de utilidade pública que tenha sede em edifício situado numa zona de estacionamento de duração limitada, desde que o mesmo não disponha de parqueamento próprio nos termos legais.

- Título de estacionamento – Bilhete comprovativo do pagamento da taxa de estacionamento de duração limitada, emitido por equipamento localizado em zona de estacionamento de duração limitada.

- Cartão de residente – Autorização municipal para estacionar sem pagamento de taxa horária na zona de estacionamento de duração limitada onde se situe o domicílio principal e permanente do residente.

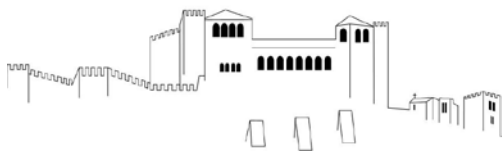
Artigo 4.º

Período de estacionamento de duração limitada

1. Os períodos de estacionamento de duração limitada encontram-se fixados no Anexo II ao presente Regulamento e dele fazem parte integrante.

2. O Município de Leiria reserva-se o direito de alterar o período máximo de duração de estacionamento, sempre que a evolução do trânsito e as situações particulares de cada zona o exijam.

Capítulo II



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Zonas de estacionamento de duração limitada

Artigo 5.º

Composição das zonas de estacionamento de duração limitada

Das zonas de estacionamento de duração limitada estabelecidas pelo Município de Leiria, fazem parte integrante:

- a) Lugares de estacionamento com duração limitada e tarifário fixado na Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria;
- b) Lugares reservados a operações de carga e descarga de utilização gratuita;
- c) Lugares destinados a motociclos, ciclomotores e velocípedes.

Artigo 6.º

Classe de veículos

Podem estacionar nas zonas de estacionamento de duração limitada, nos lugares a eles destinados:

- a) Os veículos automóveis ligeiros, com exceção de caravanas e autocaravanas, veículos agrícolas e reboques;
- b) Os veículos automóveis de mercadorias e mistos de peso bruto até 3.500 Kg, para operações de carga e descarga;
- c) Os motociclos, ciclomotores e velocípedes.

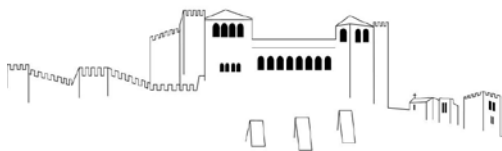
Secção I

Título de Estacionamento

Artigo 7.º

Título de estacionamento

1. O direito ao estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada é conferido pela aquisição do título de estacionamento.
2. O título de estacionamento deve ser adquirido nos equipamentos automáticos destinados a esse efeito, ou, na falta destes, aos agentes encarregados de proceder à sua venda.
3. Quando o equipamento automático de fornecimento de títulos mais próximo se encontrar avariado, o utente fica obrigado à aquisição do título noutra máquina, desde que instalada na mesma zona.
4. Em caso de avaria de todos os equipamentos uma determinada zona, o utente fica desonerado do pagamento do estacionamento, enquanto a situação de avaria se mantiver.
5. O título de estacionamento pode ser substituído por equipamento eletrónico individual, ou outro, desde que devidamente autorizados pelo Município de Leiria.
6. O título de estacionamento deve ser colocado, sempre que possível, no interior do veículo, junto do para-brisas, de forma bem visível e legível do exterior.



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

7. Quando o título de estacionamento não esteja colocado da forma estabelecida no número anterior, presume-se o não pagamento do estacionamento.

Artigo 8.º

Validade do título de estacionamento

1. O título de estacionamento considera-se válido pelo período nele fixado e para a zona onde foi obtido.
2. Findo o período de validade constante do título de estacionamento, o utente deverá abandonar o lugar ocupado ou adquirir novo título de estacionamento, no caso de não ter esgotado o período máximo de permanência no mesmo local.

Secção II

Taxas

Artigo 9.º

Taxas

1. O utente fica sujeito ao pagamento de uma taxa de estacionamento de duração limitada a cobrar pelo Município de Leiria, de acordo com o previsto na Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria, implicando o seu pagamento a emissão obrigatória do recibo respectivo.
2. Nas zonas de estacionamento de duração limitada concessionadas, os valores das respetivas taxas de estacionamento resultarão do contrato celebrado entre o Município de Leiria e o concessionário.

Artigo 10.º

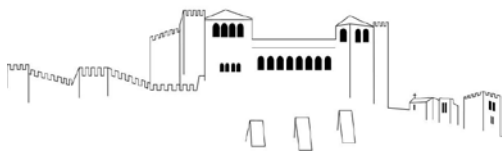
Isenção de pagamento de taxas

Estão isentos do pagamento da taxa de estacionamento de duração limitada:

- a) Os condutores dos veículos que se apresentem em missão urgente de socorro ou de polícia;
- b) Pessoas com mobilidade condicionada que possuam cartão de estacionamento de acordo com o modelo comunitário em vigor;
- c) Os condutores dos veículos envolvidos em operações de carga e descarga dentro dos horários fixados e lugares destinados a esse fim;
- d) Os condutores dos motociclos, ciclomotores e velocípedes desde que estacionados em lugares destinados a esse fim;
- e) Os condutores de veículos titulares de cartão de residente;
- f) As situações previstas no Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria.

Capítulo III

Cartão de Residente



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Artigo 11.º

Qualidade de residente

1. A prova da qualidade de residente é feita através da apresentação de cópia dos seguintes documentos e da exibição, para conferência, dos correspondentes originais:

- a) Carta de condução;
- b) Documento comprovativo do domicílio fiscal;
- c) Documento comprovativo do pagamento do Imposto Único de Circulação, se aplicável;
- d) Título de registo de propriedade do veículo ou, consoante o caso, um dos seguintes documentos:
 - i) contrato que titule a aquisição com reserva de propriedade;
 - ii) contrato de locação financeira ou de aluguer de longa duração;
 - iii) declaração da respetiva entidade empregadora donde conste o nome e morada do usufrutuário, a matrícula do veículo e respetivo vínculo laboral, contrato de prestação de serviços ou contratos de natureza análoga acompanhada de fotocópia de registo de propriedade do veículo ou outro documento que nos termos legais o substitua.

2. Os documentos referidos nas alíneas do número 1 deste artigo devem estar atualizados e deles constar a residência com base na qual será requerido o cartão de residente, com exceção dos constantes da subalínea iii) da alínea d).

3. No caso de instituição de utilidade pública sediada em zona de estacionamento de duração limitada, a prova da qualidade de residente é feita através da apresentação dos documentos constantes das alíneas b), c) e d) do número 1 deste artigo e, ainda, do documento comprovativo do estatuto de utilidade pública.

Artigo 12.º

Cartão de residente

1. Os residentes nas zonas de estacionamento de duração limitada identificadas no Anexo III ao presente Regulamento e que dele faz parte integrante, poderão requerer um distintivo especial designado por “cartão de residente”.

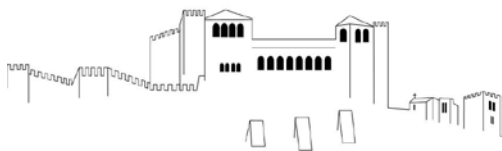
2. O cartão de residente confere ao seu titular o direito a estacionar gratuitamente o seu veículo em qualquer lugar da sua zona de estacionamento de duração limitada, sem limite de tempo nem pagamento de taxa de estacionamento.

3. Apenas será emitido um cartão de residente por fogo.

4. O cartão de residente deve ser colocado no para brisas dianteiro com o rosto voltado para o exterior, de modo a ficarem visíveis as menções dele constantes.

5. O cartão de residente é propriedade do Município de Leiria ou de empresa municipal constituída para efeitos de exploração do estacionamento de duração limitada.

Artigo 13.º



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Características do cartão de residente

1. Do cartão de residente deve constar:

- a) Mês e ano de emissão;
- b) Matrícula do veículo, até ao limite de duas;
- c) Zona para o qual é válido;
- d) Número de série.

2. O cartão de residente é válido por um ano e importa o pagamento de uma taxa prevista no Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria.

Artigo 14.º

Atribuição do cartão de residente

O cartão de residente pode ser requerido por qualquer residente, desde que faça prova da sua qualidade de residente nos termos do disposto nos n.ºs 1 ou 3 do artigo 11.º, consoante o caso.

Artigo 15.º

Pedido de emissão do cartão de residente

- 1. O pedido de emissão do cartão de residente é feito através de requerimento formulado em impresso próprio e dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Leiria.
- 2. O requerimento do pedido de emissão do cartão de residente deve ser instruído, consoante o caso, com os documentos constantes dos n.ºs 1 ou 3 do artigo 11.º.

Artigo 16.º

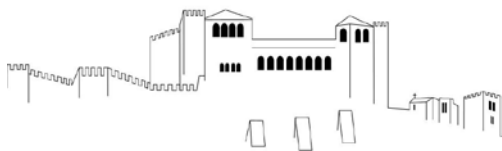
Deliberação final

- 1. A Câmara Municipal de Leiria delibera sobre os pedidos de emissão do cartão de residente, no prazo de 30 dias contados da data da sua apresentação.
- 2. A competência prevista no número anterior pode ser objeto de delegação no Presidente da Câmara Municipal de Leiria, com faculdade de subdelegação nos vereadores.
- 3. O cartão de residente é emitido, pelos serviços municipais competentes, no prazo de 5 dias úteis após o deferimento do pedido.

Artigo 17.º

Revalidação ou substituição do cartão de residente

- 1. O pedido de revalidação ou de substituição do cartão de residente é feito através de requerimento formulado em impresso próprio e dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Leiria.



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

2. O requerimento de revalidação ou de substituição do cartão de residente deve ser instruído, consoante o caso, com os documentos constantes dos n.ºs 1 ou 3 do artigo 11.º.
3. O cartão a revalidar deve ser devolvido no ato da entrega do novo cartão de residente.
4. A emissão do novo cartão importa o pagamento de uma taxa prevista no Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria.

Artigo 18.º

Devolução do cartão de residente

O cartão de residente deve ser imediatamente devolvido, sob pena de caducidade, sempre que se alterem os pressupostos sobre os quais assentou a decisão de deferimento do pedido.

Artigo 19.º

Furto, roubo ou extravio do cartão de residente

1. Em caso de furto, roubo ou extravio do cartão de residente, o titular fica obrigado a comunicar de imediato tal facto aos serviços competentes para a sua emissão.
2. Nestes casos, o pedido de novo cartão deverá ser obrigatoriamente acompanhado da participação feita junto da PSP.
3. A emissão do novo cartão importa o pagamento de uma taxa prevista no Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria.

Capítulo IV

Estacionamento proibido e abusivo

Artigo 20.º

Estacionamento proibido em zonas de estacionamento de duração limitada

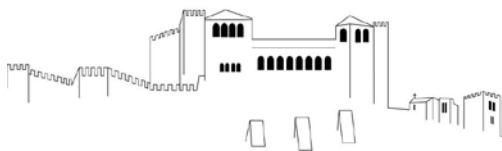
É proibido o estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada:

- a) De veículos de classe ou tipo diferente daquele para o qual o lugar tenha sido reservado;
- b) De veículos por período superior ao permitido pelo Anexo II ao presente Regulamento;
- c) De veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza, exceto nos períodos, locais e condições expressamente autorizados pela Câmara Municipal de Leiria;
- d) De veículos utilizados para transportes públicos, quando não autorizados pela Câmara Municipal de Leiria.

Artigo 21.º

Estacionamento indevido ou abusivo

Considera-se estacionamento indevido ou abusivo:



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

a) O de veículo em zona de estacionamento de duração limitada sem pagamento da respetiva taxa;

b) O de veículo em zona de estacionamento de duração limitada quando haja decorrido mais de duas horas para além do período de tempo pago.

Capítulo V

Sinalização

Artigo 22.º

Sinalização das zonas de estacionamento de duração limitada

As zonas de estacionamento de duração limitada serão devidamente sinalizadas nos termos do Regulamento do Código da Estrada e legislação complementar.

Artigo 23.º

Sinalização no interior das zonas de estacionamento de duração limitada

No interior das zonas de estacionamento de duração limitada, o estacionamento será demarcado com sinalização horizontal e vertical nos termos do Regulamento do Código da Estrada e legislação complementar.

Capítulo VI

Fiscalização e contra ordenações

Artigo 24.º

Agentes de fiscalização

1. A fiscalização do cumprimento das disposições constantes do presente Regulamento será exercida por agentes das autoridades policiais.

2. Nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, conjugado com o artigo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/98, de 2 de novembro, a fiscalização do cumprimento das disposições do presente Regulamento poderá ser também exercida pela Câmara Municipal de Leiria, através de pessoal de fiscalização designado para o efeito, devidamente identificado, e, ainda, pela polícia municipal, quando exista.

Artigo 25.º

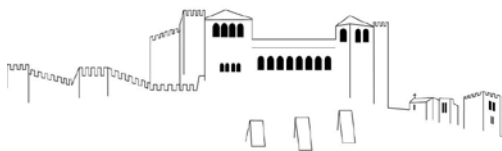
Atribuições

Compete aos agentes de fiscalização, dentro das zonas de estacionamento de duração limitada:

a) Esclarecer os utentes sobre as normas estabelecidas no presente Regulamento e sobre o funcionamento dos equipamentos instalados;

b) Promover o correto estacionamento, paragem e acesso às zonas de estacionamento de duração limitada;

c) Zelar pelo cumprimento do presente Regulamento;



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

- d) Proceder ao levantamento de autos de notícia, nos termos do disposto no artigo n.º 170.º do Código da Estrada;
- e) Proceder à identificação do arguido e às notificações previstas nos artigos 171.º e 175.º do Código da Estrada;
- f) Desencadear as ações necessárias à eventual imobilização ou remoção dos veículos em transgressão, nomeadamente com recurso a imobilizadores de rodas e rebocadores;
- g) Participar aos agentes da Polícia de Segurança Pública as situações de incumprimento e com eles colaborar no cumprimento do presente Regulamento.

Artigo 26.º

Contra ordenações

1. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que ao caso couber, são puníveis como contra ordenação:
- a) O incumprimento do disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento;
- b) O incumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 12.º do Regulamento.
2. As contra ordenações previstas nas alíneas do número anterior são puníveis com coima graduada de €30,00 a €150,00.

Artigo 27.º

Bloqueamento e remoção de veículos

O veículo que se encontre em situação de estacionamento abusivo poderá ser bloqueado ou removido nos termos do disposto no artigo 164.º do Código da Estrada.

Capítulo VII

Disposições finais

Artigo 28.º

Regulamentos específicos

Cada zona de estacionamento de duração limitada pode ser regida por um regulamento específico.

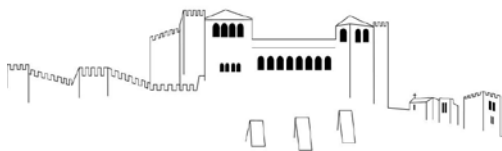
Artigo 29º

Competências

Compete à Câmara Municipal de Leiria e às entidades legalmente habilitadas executar e fiscalizar o cumprimento do presente Regulamento.

Artigo 30º

Dúvidas e omissões



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

1. As dúvidas e omissões suscitadas pelo presente Regulamento serão resolvidas com recurso às leis aplicáveis sobre a matéria ou subsidiariamente por deliberação da Câmara Municipal de Leiria.
2. A competência prevista no número anterior pode ser objeto de delegação no Presidente da Câmara Municipal de Leiria, com faculdade de subdelegação nos vereadores.

Artigo 31.º

Direito subsidiário

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Regulamento aplica-se subsidiariamente o Código da Estrada, o Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril, os princípios gerais de direito e, na sua falta ou insuficiência, as disposições da lei civil.

Artigo 32.º

Regime transitório

À data de entrada em vigor do presente Regulamento mantêm-se válidos os cartões de residente já emitidos até que se verifique a sua caducidade, nos termos do estipulado no n.º 2 do artigo 13.º.

Artigo 33º

Norma revogatória

Este regulamento revoga o diploma em vigor no Município de Leiria relativo às zonas de estacionamento de duração limitada publicado no Edital n.º 59/2007, aprovado pela Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão de 23 de fevereiro de 2007, bem como todas as demais disposições regulamentares municipais que o contrariem.

Artigo 34º

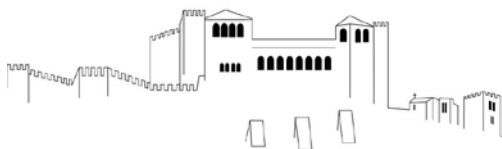
Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias (úteis) após a sua publicação em Diário da República.

ANEXO I

Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Zona	Arruamentos
A	Avenida Marquês de Pombal
	Rua João Cabral
	Largo do Tribunal
	Rua Dr. José Henriques Vareda
	Rua Sá de Miranda
	Rua da Restauração
	Rua Francisco Pereira da Silva (troço entre o entroncamento com a

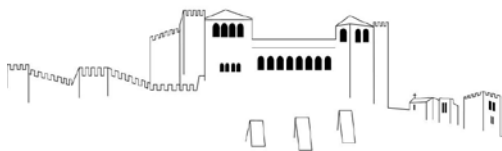


Subunidade Orgânica de Expediente Geral

	<p>Avenida Marquês de Pombal e o entroncamento com a Rua D. João Pereira Venâncio)</p> <p>Largo Padre Carvalho</p> <p>Rua Joaquim Ribeiro de Carvalho (troço entre o Largo Padre Carvalho e a entrada do Seminário Diocesano)</p>
B	Avenida Combatentes da Grande Guerra
	Rua Comandante Almeida Henriques
	Rua Machado dos Santos
	Rua Eng.º Duarte Pacheco
	Rua João de Deus
C	Avenida Heróis de Angola
	Rua de São Francisco
	Rua Dr. Américo Cortez Pinto
	Travesso Venceslau de Moraes
	Travesso Dr. Américo Cortez Pinto
	Largo Comendador José Lúcio da Silva
	Rua D. Maria Graça Lúcio da Silva
	Rua Camilo Korrodi
	Rua da Europa
	Largo situado entre o Edifício 2000 e o Anfiteatro do Carpalho
	Praça do Emigrante
D	Rua Coronel Teles Sampaio Rio
	Rua Horácio da Silva Eliseu
E	Rua Tenente Valadim
F	Rua Anzebino da Cruz Saraiva
Estacionamento dos Paços do Concelho	Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque (troço entre a Rotunda do Estádio e o entroncamento com a Rua de São Francisco)
	Avenida Cidade de Maringá
ZRSB	Largo da República
	Rua General Norton de Matos

ANEXO II

Períodos e limites máximos de estacionamento



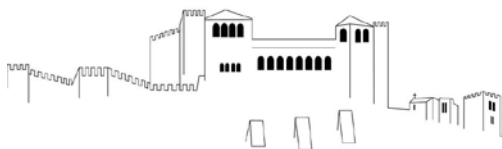
Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Zona	Período de estacionamento tarifado	Período máximo
A	dias de semana - 08h00 às 19h00 sábados - 08h00 às 13h00	2 horas
B	dias de semana - 08h00 às 20h00 sábados - 08h00 às 15h00	2 horas
C	dias de semana - 08h00 às 19h00 sábados - 08h00 às 13h00	2 horas
D	dias de semana - 08h00 às 19h00 sábados - 08h00 às 13h00	2 horas
E	dias de semana - 08h00 às 19h00 sábados - 08h00 às 13h00	2 horas
F	dias de semana - 08h00 às 19h00	2 horas
Estacionamento dos Paços do Concelho	dias de semana - 08h00 às 19h00 sábados - 08h00 às 13h00	2 horas
ZRSB	dias de semana - 08h00 às 19h00	8 horas

ANEXO III

Arruamentos para os quais é prevista a emissão do cartão de residente e respetivas zonas de estacionamento de duração limitada em que são válidos

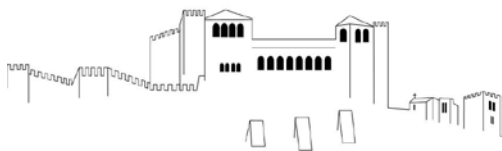
Arruamento	Zona de validade
Avenida Marquês de Pombal	A
Rua Sá Miranda	
Rua João Cabral	
Largo do Tribunal	
Rua Dr. José Henriques Vareda	
Rua da Restauração	
Rua Dr. José Gonçalves	
Rua Francisco Pereira da Silva (troço entre o entroncamento com a Avenida Marquês de Pombal e o entroncamento com a Rua D. João Pereira Venâncio)	
Largo Padre Carvalho	
Avenida Combatentes da Grande Guerra	B
Rua Comandante Almeida Henriques	



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Rua Eng.º Duarte Pacheco	
Rua João de Deus (edifícios com os números de polícia pares entre o 22 e 32, inclusive, e os edifícios com os números de polícia ímpares entre o 5 e o 31, inclusive)	
Rua Machado dos Santos	
Rotunda de Santana	
Rua Dr. Correia Mateus	
Escadas Artur Lobo de Campos	
Rua Vasco da Gama	
Avenida Heróis de Angola	C
Rua de São Francisco	
Rua Dr. Américo Cortez Pinto	
Travesso Dr. Américo Cortez Pinto	
Travesso Venceslau de Moraes	
Largo Comendador José Lúcio da Silva	
Rua D. Maria Graça Lúcio da Silva	
Largo 5 de Outubro de 1910	
Largo das Forças Armadas	
Rua Venceslau de Moraes	
Rua Camilo Korrodi	
Rua da Europa	
Rua Coronel Teles Sampaio Rio	
Rua Horácio da Silva Eliseu	
Largo Alexandre Herculano (do n.º de polícia 1 ao n.º de polícia 8)	D
Rua Tenente Valadim	
Largo Camões (n.º de polícia 21)	
Rua Anzebino da Cruz Saraiva	E
Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque (troço entre a Rotunda do Estádio e o entroncamento com a Rua de São Francisco)	F
Avenida Cidade de Maringá	
Rua General Norton de Matos	ZRSB

A Câmara Municipal, depois de analisar o Projeto de Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Leiria, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o disposto na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 4/2011, de 1 de abril, **deliberou por maioria**, com os votos contra dos Senhores Vereadores José Benzinho, Neusa Magalhães, Carlos Vitorino e Gastão Neves, o voto de abstenção do Senhor Vereador António Martinho e o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao abrigo do disposto do n.º 2, do artigo 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder às alterações efetuadas nos termos acima propostos e consequentemente, à alteração do projeto no que aos artigos mencionados diz respeito, na versão consolidada transcrita na íntegra, com o respetivo preâmbulo, em substituição da inicial nota justificativa, em cumprimento do disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, considerando que as alterações efetuadas não contêm com o conteúdo do projeto já submetido a audiência dos interessados e discussão pública.

Mais deliberou submeter o presente projeto de regulamento, na versão consolidada, à Assembleia Municipal, para que este órgão deliberativo, ao abrigo das competências que lhe são cometidas em matéria regulamentar, previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da mesma Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceda à sua aprovação, em minuta, para que possa produzir efeitos imediatos.

Deliberou ainda, caso o presente projeto seja aprovado pela competente Assembleia Municipal, proceder à sua publicação por edital, a afixar nos locais de estilo e no portal do Município de Leiria na internet em www.cm-leiria.pt, bem como no Diário da República e em dois jornais do concelho, por extrato ou aviso, considerando os elevados custos que a sua publicação integral acarretaria para o Município de Leiria.

Mais deliberou dar conhecimento do teor da presente deliberação às entidades que, ao abrigo da audiência dos interessados prevista no artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, se pronunciaram sobre o presente projeto.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

O Presidente da Câmara Municipal

Raul Castro

A Secretária da reunião

Sandrina Sereno Garrucho